



**ACÓRDÃO Nº659/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11159/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Municipal de Carauari.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Nelson José Batista Lacerda (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Mello - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193 e Gabriel Simonetti Guimarães – 15710.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8237/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Municipal de Carauari. Exercício de 2018.

*Revelia. Irregularidade. Multa. Alcance. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Considerar revel o Sr. Nelson José Batista Lacerda.**

**10.2. Julgar irregular** a Prestação de Contas do Fundo de Previdência Municipal de Carauari – Caruariprev, exercício 2018, de responsabilidade do **Sr. Nelson José Batista Lacerda** – Diretor-Presidente e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96.

**10.3. Aplicar Multa** ao Sr. **Nelson José Batista Lacerda** no valor de **R\$ 6.827,19** (Seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com fundamento no art. 54, V da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, V da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018



**ACÓRDÃO Nº659/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

pela prática de ato ilegítimo que resultou em injustificado dano ao erário, pelas restrições 10, 11 e 12 do Relatório Conclusivo n. 65/2019-DICERP, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Aplicar Multa ao Sr. Nelson José Batista Lacerda** no valor de **R\$ 13.654,39** (Treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa, com fundamento no art. 54, VI da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pela prática de ato com grave infração a norma legal, pelas restrições 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10 do Relatório Conclusivo n. 65/2019-DICERP, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título



**ACÓRDÃO Nº659/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Considerar em Alcance o Sr. Nelson José Batista Lacerda** no valor de **R\$ 47.136,00** (quarenta e sete mil, cento e trinta e seis reais) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance, na esfera Municipal para o órgão Fundo de Previdência Municipal de Carauari, fundamentado no art. 304, I, da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei nº 2.423/1996 pelas seguintes glosas:

**10.5.1. R\$1.956,00** (um mil, novecentos e cinquenta e seis reais) pelo contrato sn./2018 (restrição 10 do Relatório Conclusivo n. 65/2019-DICERP);

**10.5.2. R\$15.000,00** (quinze mil reais) pelo contrato n. 02/2018 restrição 10 do Relatório Conclusivo n. 65/2019-DICERP);

**10.5.3. R\$12.000,00** (doze mil reais) pela NE 36 (restrição 11 do Relatório Conclusivo n. 65/2019-DICERP);

**10.5.4. R\$3.800,00** (três mil e oitocentos reais) pela NE 53 (restrição 11 do Relatório Conclusivo n. 65/2019-DICERP);

**10.5.5. R\$5.980,00** (cinco mil, novecentos e oitenta reais) pela NE 37 (restrição 11 do Relatório Conclusivo n. 65/2019-DICERP);

**10.5.6. R\$6.000,00** (seis mil reais) pela NE 20 (restrição 11 do Relatório Conclusivo n. 65/2019-DICERP);

**10.5.7. R\$2.400,00** (dois mil e quatrocentos reais) (restrição 11 do Relatório Conclusivo n. 65/2019-DICERP);

**10.6. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. Nelson José Batista Lacerda.**

**10.7. Recomendar ao Fundo Municipal de Previdência Social de Carauari-Carauriprev que:**

**10.7.1.** Cumpra com o máximo zelo a Lei de Licitações e Contratos;

**10.7.2.** Cumpra com o máximo rigor a legislação pertinente aos regimes próprios de previdência;

**10.7.3.** Observe com o máximo zelo as disposições da Lei Complementar n. 131/2009 – Lei da Transparência;

**10.7.4.** Observe com cautela a Lei complementar nº 101/2000;

**10.7.5.** Observe com o máximo zelo a Lei n. 4.320/64, principalmente quanto as fases da despesa pública;

**10.7.6.** Cumpra rigorosamente os prazos para a remessa de dados à esta Corte de Contas por meio eletrônico;

**10.8. Dar ciência da decisão ao Sr. Nelson José Batista Lacerda.**



**ACÓRDÃO Nº659/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.9. Arquivar** os autos nos termos regimentais.

**11- Ata:** 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 14 de Julho de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral